



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

TERMO DE COMPROMISSO

ANEXO V – Acesso e exploração econômica realizados por usuário com Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios - CURB ou Projeto de Repartição de Benefícios anuído pelo CGEN nos termos da MP nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001.

Regularização das atividades em desacordo com a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001 (Art. 38, § 1º; e arts. 39 a 41, todos da Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015).

A instituição _____
inscrita no CNPJ sob o nº _____, situada a:

_____ legalmente representado pelo
Sr.(ª) _____, CPF
nº _____, denominada “**COMPROMISSÁRIO**” – com
fundamento no regime estipulado pela Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, publicada
no D.O.U. de 21/05/2015, Seção 1, página 1 – firma o presente **Termo de
Compromisso (TC)** perante a União, pessoa jurídica de direito público interno, neste
ato representada pelo(a) Secretário(a) de Biodiversidade do Ministério do Meio
Ambiente, nomeado(a) pela Portaria nº _____, publicada no D.O.U. de
_____, nos termos do artigo 39, parágrafo único, da Lei nº 13.123/2015 e
artigo 4º da Portaria MMA nº _____, de _____ de 2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente TC tem por objeto regularizar, nos termos do art. 38, § 1º, arts. 39 a 41, todos da Lei nº 13.123/2015 e art. 104 do Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, as atividades realizadas pelo **COMPROMISSÁRIO** entre 30 de junho de 2000 e 16 de novembro de 2015, data de entrada em vigor da Lei nº 13.123/2015, em desacordo com a legislação em vigor à época e que tenham Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios – CURB ou Projeto de Repartição de Benefícios anuído pelo CGEN, nos termos da MP nº 2.186-16/2001.

1.2 As atividades referidas na cláusula 1.1 serão especificadas em Anexo próprio, os quais são parte integrante deste TC, no total de _____ ANEXO (s).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 O **COMPROMISSÁRIO** deverá validar, no prazo de 1 (um) ano, contado da data da disponibilização do cadastro pelo CGen, conforme estabelece o art. 38, da Lei nº 13.123/2015, a autorização de acesso e de remessa cadastrada no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado – SisGen pela Secretaria Executiva do CGEN.

2.2. O **COMPROMISSÁRIO** deverá manter atualizado o cadastro, em especial as informações sobre os produtos oriundos do acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado desenvolvido no âmbito de cada autorização cadastrada no SisGen.

2.3 As regras de repartição de benefícios respeitarão o que estabelece as Cláusulas do CURB ou do Projeto de repartição de benefícios anuído pelo CGEN, conforme previsão do § 2º, art. 43, da Lei nº 13.123/2015.

2.4 O **COMPROMISSÁRIO** deverá demonstrar o cumprimento do CURB ou do Projeto de repartição de benefícios anuído pelo CGEN, o qual passa a ser parte integrante deste TC (ARB – ANEXO _____), observado o limite de até 5 (cinco) anos anteriores à sua celebração, subtraído o tempo de sobrestamento do processo em tramitação no CGen.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS SUSPENSÕES

3.1 Fica(m) suspensa(s) a(s) tramitação(tramitações) do(s) Processo(s) Administrativo(s) nº _____, relacionado(s) ao objeto do presente Termo de Compromisso.

3.2 Fica suspensa a aplicação de sanções administrativas previstas na Medida Provisória nº 2.186-16/2001, e especificadas nos arts. 16 a 19 e 21 a 24 do Decreto nº 5.459, de 7 de junho de 2005, desde que a infração tenha sido cometida até o dia 16 de novembro de 2015, dia anterior à data de entrada em vigor da Lei nº 13.123/2015, conforme inciso I do artigo 41 da Lei nº 13.123/2015.

3.3 Fica suspensa a exigibilidade de sanções aplicadas com base na Medida Provisória nº 2.186-16/2001, e nos arts. 16 a 19 e 21 a 24 do Decreto nº 5.459/2005, conforme inciso II do artigo 41 da Lei nº 13.123/2015.

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS

4.1 O Ministério do Meio Ambiente – MMA emitirá o Parecer Técnico previsto no § 3º, art. 41, da Lei nº 13.123/2015, no prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir da comprovação do cumprimento integral dos compromissos assumidos neste TC pelo **COMPROMISSÁRIO**.

4.2 A emissão do Parecer Técnico que ateste o cumprimento integral das obrigações do **COMPROMISSÁRIO** dá ensejo à aplicação do previsto no §3º do art. 41 da Lei nº 13.123/2015.

4.3 A extinção da exigibilidade da multa não descaracteriza a infração já cometida para fins de reincidência, nos termos do § 7º do artigo 41 da Lei nº 13.123/2015.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1 Este TC estará rescindido e as suspensões previstas na **CLÁUSULA TERCEIRA** terão exigibilidade imediata nas hipóteses de:

a) descumprimento das obrigações e prazos previstos neste TC por parte do **COMPROMISSÁRIO**;

b) prática de nova infração administrativa prevista na Lei nº 13.123/2015, e seus regulamentos, durante o prazo de vigência deste TC; ou

c) elaboração ou apresentação de informação, documento, estudo, laudo ou relatório total ou parcialmente falso, ou enganoso no âmbito da instrução deste TC e do processo de regularização.

5.2 A rescisão prevista nesta Cláusula ocorrerá mediante decisão fundamentada da União, após notificação do **COMPROMISSÁRIO** para que apresente defesa no prazo improrrogável de 60 dias.

5.3 A rescisão prevista a alínea “b” da cláusula 5.1 somente ocorrerá após a homologação do Auto de Infração lavrado em decorrência da nova infração.

5.4 A rescisão deste TC dar-se-á sem prejuízo da apuração, pelas autoridades competentes, das responsabilidades civil, penal e administrativa.

CLÁUSULA SEXTA - DO SIGILO

6.1 Serão consideradas sigilosas as informações enumeradas no ANEXO _____, desde que acompanhadas da fundamentação legal pertinente e do respectivo extrato não-sigiloso, conforme o caso, nos termos do §2º, do art. 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 Este TC terá vigência regulada pelos prazos estabelecidos para o cumprimento das obrigações presentes em sua **CLÁUSULA SEGUNDA**.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 O TC constitui título executivo extrajudicial, nos termos do § 1º do art. 41 da Lei nº 13.123/2015.

8.2 A assinatura do TC suspende a prescrição nos termos do §2º do art. 41 da Lei nº 13.123/2015.

8.3 O disposto no presente TC não afasta o cumprimento das demais obrigações previstas na Lei nº 13.123/2015.

8.4 O presente TC, assinado pelo **COMPROMISSÁRIO** ou seu representante legal e firmado pelo representante da **UNIÃO**, deverá compor os autos do processo administrativo de regularização.

Brasília – DF, ____ de _____ de _____.

Compromissário ou seu representante legal

União
Secretário(a) de Biodiversidade do
Ministério do Meio Ambiente

1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				

5) Identificação da remessa

Nº do PG conforme item 4.	Data da Remessa	Nome da pessoa natural ou instituição destinatária conforme registro no País sede.	Endereço completo (cidade/município, região/estado e código postal).	País

